SOLO NETWORK BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

SOLO NETWORK BRASIL S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: + 55 41 3244 0301
Fax: + 55 41 3244 0302
www.bdo.com.br

Avenida Silva Jardim, 2042, 2º andar,
Batel – Curitiba, PR
Brasil 80250-200

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas da
Solo Network Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Solo Network Brasil S.A ("Solo Network"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto ao fato mencionado no parágrafo "base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solo Network Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Por decisão administrativa, conforme entendimento mencionado na nota explicativa 6, a Administração da Companhia decidiu pela não constituição da provisão para perdas referente ao montante de R$ 18.000 mil a receber de operações com a Lojas Americanas S.A. que está em processo de recuperação judicial, contrariando o disposto no CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 24. Deste modo, o resultado da Companhia está a maior no referido valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Solo Network Brasil S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Solo Network Brasil S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar Solo Network Brasil S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

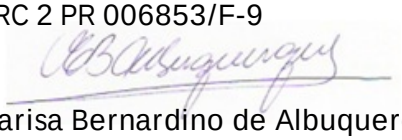
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da SOLO NETWORK BRASIL S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da SOLO NETWORK BRASIL S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a SOLO NETWORK BRASIL S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de abril de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9



Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T – S - PR

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Disponibilidades	5	6.060	5.278
Aplicações financeiras	5	12.563	15.877
Contas a receber de clientes	6	88.992	57.148
Estoques	7	6.275	7.544
Impostos a recuperar	8	59	116
Outras contas a receber	9	2.467	877
		116.416	86.840
Não circulante			
Impostos a recuperar		40	-
Depósito judicial		-	33
Imobilizado	10	2.680	2.302
Intangível	11	895	631
		3.615	2.966
Total do ativo		120.031	89.806

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	12	82.117	61.902
Empréstimos e financiamentos	13	3.025	1.466
Salários e encargos sociais	14	4.816	4.040
Obrigações sociais e tributárias	15	4.543	2.714
Outras contas a pagar	16	1.374	1.465
		95.875	71.587
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	13	388	456
Provisão para contingências tributárias	17	6.000	-
		6.388	456
Patrimônio líquido			
Capital social	18	6.100	6.100
Reservas de lucros		11.668	11.663
		17.768	17.763
Total do passivo e patrimônio líquido		120.031	89.806

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	19	523.078	378.494
Custos dos produtos vendidos	20	(456.503)	(325.305)
Resultado bruto		66.575	53.189
Despesas (receitas) operacionais			
Comerciais	21	(23.522)	(22.488)
Administrativas e gerais	22	(20.990)	(6.865)
Outras receitas (despesas) operacionais		(44)	149
Lucro antes do resultado financeiro		22.019	23.985
Despesas financeiras	23	(9.634)	(5.064)
Receitas financeiras	23	7.136	4.393
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		19.521	23.314
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		(8.699)	(7.762)
Lucro líquido do exercício		10.822	15.552

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.822	15.552
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	10.822	15.552

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.200	630	3.395	-	9.225
Aumento de capital	900	-	-	-	900
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.552	15.552
Constituição de reserva legal	-	778	-	(778)	-
Distribuição de lucros e dividendos	-	-	-	(7.914)	(7.914)
Constituição de reserva de lucros	-	-	6.860	(6.860)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.100	1.408	10.255	-	17.763
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.822	10.822
Distribuição de lucros e dividendos	-	-	(10.817)	-	(10.817)
Constituição de reserva legal	-	541	-	(541)	
Constituição de reserva de lucros	-	-	10.281	(10.281)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.100	1.949	9.719	-	17.768

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.822	15.552
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.355	351
Juros incorridos	530	272
	12.707	16.175
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos e passivos		
(- /+) Aumento líquido/(redução) de contas a receber	(31.844)	(26.855)
(- /+) Aumento líquido/(redução) de estoques	1.269	(3.215)
(- /+) Aumento líquido/(redução) de impostos a recuperar	17	91
(- /+) Aumento líquido/(redução) de outras contas a receber	(1.590)	(178)
(- /+) Aumento líquido/(redução)de titulos de capitalização	-	10
(- /+) Aumento líquido/(redução) de depósitos judiciais	33	68
(- /+) Aumento líquido/(redução) de fornecedores	20.215	11.745
(- /+) Aumento líquido/(redução) em salários e encargos sociais	776	2.864
(- /+) Aumento líquido/(redução) em obrigações tributárias	1.829	1.524
(- /+) Aumento líquido/(redução) em outras obrigações	5.909	(853)
(-/+) Pagamento de juros	(467)	(273)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.854	1.103
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.997)	(2.439)
Baixa de imobilizado e intangível	-	17
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.997)	(2.422)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	5.895	1.054
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.467)	(3.131)
Aumento de capital	-	900
Lucros e dividendos pagos	(10.817)	(7.914)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(9.389)	(9.091)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.532)	(10.410)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.155	31.565
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.623	21.155
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.532)	(10.410)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Solo Network Brasil S.A. é uma sociedade anônima com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispositivos legais aplicáveis em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.

A Companhia é cadastrada no CNPJ sob o nº 00.258.246/0001-68 foi constituída em 21 de outubro de 1994, e é uma das maiores revendas corporativas e implementadora de soluções em Tecnologia da Informação do Brasil, atuando na atividade de comércio varejista e prestação de serviços.

A Companhia possui um corpo técnico altamente qualificado com experiência em consultoria, fornecimento, implementação e gerenciamento de produtos Microsoft, HP, Lenovo, Huawei, Kaspersky, APC, Adobe e Autodesk, entre outros fabricantes de referência internacional.

A Solo Network Brasil S.A. é uma revenda de valor agregado e por isso traz projetos e soluções que inter-relacionam e otimizam todas as ferramentas para a melhor experiência da tecnologia da informação dos seus clientes.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 27 de abril de 2023.

Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos;

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros serão compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

- Passivos financeiros não derivativos.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.3. Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração;

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

- Custos subsequentes;

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos-futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

- Depreciação.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Ferramentas	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamento de processamento de dados	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.4. Ativos intangíveis

- Software

O software comprado que não seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado no intangível.

- Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos-futuros incorporados no ativo.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

3.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são mensurados pelos custos médios de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas estimados para a venda.

3.8. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

3.9. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do não reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.10. CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30 / IAS 18 Receitas. Os principais impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 estão apresentados a seguir:

a) Obrigações de desempenho

Nos contratos com clientes a Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas vendas e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras da Companhia. Espera-se que o reconhecimento de receita ocorra quando o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

b) Contraprestação variável

Alguns contratos com clientes oferecem direito a descontos comerciais ou abatimentos por volume. Atualmente, a Companhia reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos comerciais, quando estes existirem. De acordo com a IFRS 15, devido ao fato de que o contrato permite ao cliente a devolução dos produtos, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Companhia não possui contratos com direito à devolução de venda, sendo que as mesmas ocorrem de forma esporádica, não apresentando valores relevantes. Por este motivo, a Companhia opta por não aplicar a norma de restrição na receita. A Companhia possui programas de incentivos de vendas que remuneram financeiramente os participantes que atingirem as metas regulamentadas. A IFRS 15 exige que a contraprestação variável estimada seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. Na análise do efeito do diferimento à receita, a Administração concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras da Companhia.

c) Componentes de Financiamento

De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Em alguns contratos de venda, são recebidos adiantamentos de seus clientes, porém, somente de curto prazo. A Companhia decidiu usar o expediente prático previsto na IFRS 15 e não ajustará o valor prometido da contraprestação pelos efeitos de componentes de financiamento significativos nos contratos, em que a Companhia espera, no início do contrato, que a transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço, seja de um ano ou menos. Portanto, para adiantamentos de curto prazo, a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que seja significativo.

3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com empréstimos e variação cambial.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13. Provisão para contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

3.14. Outros passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Solo Network Brasil S.A. possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até as datas dos balanços.

3.15. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2(d)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.16. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o IAS 1 (*Presentation of financial statements*), para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 (*Classification of liabilities as current or non-current*), cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta maneira, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia**.**

4. Gestão de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

A gestão de risco de crédito da Companhia em relação a clientes adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito, assim como busca incluir garantias em montantes suficientes para reduzir ao mínimo o risco de crédito das operações, além do acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, nos preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcionais da Companhia, o Real (R$). A moeda na qual estas transações são denominadas principalmente é o dólar americano (US$).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia considera que sua exposição líquida é gerenciada a um nível aceitável, comprando ou vendendo em moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras contratadas sofrem valorização com base na variação do CDI, sendo os encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo mercado.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos	6.060	5.278
Aplicações financeiras	12.563	15.877
	18.623	21.155

A empresa mantém os recursos em contas correntes com aplicação automática de liquidez imediata e compreendem Certificados de Depósitos Bancários – CDB, em sua totalidade de renda fixa.

6. Contas a receber

	2022	2021
Clientes	90.006	57.716
Perdas estimadas com créditos de liquidação. duvidosa	(1.014)	(568)
	88.992	57.148

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos.

A Administração entende não ser necessária a constituição da provisão para perdas referente ao montante de R$ 18.000 mil que tem a receber da Lojas Americanas que encontra-se em processo de recuperação judicial.

O entendimento está fundamentado na posição do advogado da Companhia que a representa no processo da recuperação judicial, como demonstrado seguir:

- Os créditos foram adequadamente habilitados no processo;
- Existência de requerimento para reconhecimento da Companhia como fornecedor colaborador que terá os créditos quirografários quitados integralmente em parcela única sem deságio e sem correção;
- A Companhia continua com operações com a Lojas Americanas e as faturas estão sendo regularmente quitadas.

Aging list do contas a receber:

	2022	2021
A vencer	74.739	45.602
Vencidos até 30 dias	7.971	5.303
Vencidos de 31 a 60 dias	3.207	2.237
Vencidos de 61 a 90 dias	351	1.836
Vencidos de 91 a 120 dias	899	162
Vencidos de 121 a 180 dias	199	2.109
Vencidos de 181 a 365 dias	1.916	5
Vencidos acima de 366 dias	724	462
(-) PCLD	(1.014)	(568)
	88.992	57.148

7. Estoques

	2022	2021
Microsoft Brasil	4.589	5.118
Acorp	-	42
Pars	169	315
Corel Corporation	-	48
Adobe	21	552
Mercadoria em trânsito	-	301
Outros	1.496	1.168
	6.275	7.544

8. Impostos a recuperar

	2022	2021
ISS a recuperar	58	100
ICMS ST a recuperar	1	1
CSLL a recuperar	-	15
	59	116

9. Outras contas a receber (trocou no BP, não temos abertura)

	2022	2021
Adiantamentos	135	58
Depósito judicial GVT	-	57
Microsoft Corporation - crédito	892	218
Adobe Systems do Brasil - crédito	1.275	429
Outros créditos	165	115
	2.467	877

10. Imobilizado

		2022			2021
	Taxa deprec. % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	275	(55)	220	61
Veículos	20	-	-	-	-
Computadores e equipamentos	20	1.986	(783)	1.203	1.098
Imobilizado em andamento		-	-	-	-
Arrendamento Mercantil-Computadores Locação	50	1.566	(709)	857	966
Equipamentos para Serviços	20	277	(43)	234	6
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20	617	(451)	166	171
		4.721	(2.041)	2.680	2.302

Movimentação do imobilizado no exercício

	2021	2022			
	Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	61	172	-	(12)	221
Computadores e equipamentos	1.098	274	-	(168)	1.204
Arrend. Mercantil- Computadores Locação	966	512	-	(622)	856
Equipamentos para Serviços	6	271	-	(43)	234
Benfeitoria em imóveis de terceiros	171	60	-	(66)	165
	2.302	1.289	-	(911)	2.680

11. Intangível

	2021	2022			
	Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Líquido
Software	631	708	-	(444)	895
	631	708	-	(444)	895

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos são compostos substancialmente por fornecedores de mercadorias para revenda.

	2022	2021
Microsoft do Brasil Imp. Com. Ltda	65.535	41.712
Scansource - Intersmart Com. Impor. Ltda	1.175	1.136
Microsoft Corporation	4.588	9.361
Pars Prod. De Processamento de Dados	2.168	1.740
Adobe System Software Ireland	3.471	3.238
Westcom Brasil Ltda	-	10
Aplex Distrib. de Produtos	848	-
Atrium São Paulo Consultoria	921	-
Fornecedores diversos	3.411	4.705
	82.117	61.902

13. Empréstimos e financiamentos

Instituição	2021	Captações	VC	Juros Incorridos	Pagamento de Principal	Pagamento de juros	2022
Banco ABC	858	-	-	154	(998)	(14)	-
DLL	-	1.426	-	137	(966)	(54)	543
HP Financial Services Arrendamento Mercantil S/A	1.064	670	-	71	(737)	-	1.068
Safra	-	3.800	(36)	150	(2.033)	(79)	1.802
	1.922	5.896	(36)	512	(4.734)	(147)	3.413

14. Salários e encargos sociais

	2022	2021
Salários a pagar	1.178	983
INSS a recolher	310	261
FGTS a recolher	90	77
Pró-labore a pagar	34	45
Provisão de férias e encargos	1.309	1.108
Pensão alimentícia judicial	3	2
Premiações	1.892	1.564
	4.816	4.040

15. Obrigações sociais e tributárias

	2022	2021
IRPJ a recolher	1.100	700
CSLL a recolher	369	154
PIS a recolher	235	91
COFINS a Recolher	1.081	418
ISS a recolher	1.216	877
Outras obrigações tributárias	542	358
	4.543	2.714

16. Outras contas a pagar

	2022	2021
Cartão BNDES	2	30
Adiantamento de clientes	85	219
Aluguel a pagar	-	-
Cartão Itaú	101	42
Cartão Santander	38	8
Comissões a pagar parceiros	1.134	1.120
Cartão Bradesco	14	46
Parceiros diretos a pagar	-	-
	1.374	1.465

17. Contingências

A Companhia realizou a provisão de R$ 6.000 para contingência tributária referente ao processo de PIS e COFINS em execução fiscal nº 5010505-59.2023.4.04.7000 tramitando na 15ª Vara Federal de Curitiba, realizado depósito judicial atualizados e integrais das CDAS executadas com o intuito de suspender a exigibilidade do débito.

18. Capital social e reservas

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social integralizado é representado por 6.100.000 quotas (6.100.000 quotas em 2021), com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 6.100.000 (seis milhões e cem mil reais), conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Ações	Valor	Percentual (%)
Audreyn Justos	2.745.000	2.745.000,00	45,00%
João Paulo Costa Pereira	2.745.000	2.745.000,00	45,00%
Maximiliano Dias Camargo	549.000	549.000,00	9,00%
Zenilda Zanardini de Almeida	30.500	30.500,00	0,50%
Eduardo Vinicius Vieira Martins	30.500	30.500,00	0,50%
Ações em tesouraria	-	0,00	-
	6.100.000	6.100.000	100%

19. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita operacional		
Revenda de mercadorias	481.820	342.791
Receita de serviços	105.869	78.792
	587.689	421.583
Deduções		
COFINS sobre faturamento	(40.444)	(27.665)
Pis sobre faturamento	(8.779)	(6.006)
ISS sobre serviços	(11.618)	(7.560)
ICMS sobre vendas	(19)	(134)
DIFAL spbre vendas	-	(16)
Devoluções de clientes	(154)	(1.373)
Serviços cancelados	(3.597)	(335)
	(64.611)	(43.089)
	523.078	378.494

20. Custos

	2022	2021
Custos das mercadorias vendidas	(365.499)	(263.887)
Custos dos serviços prestados	(91.004)	(61.418)
	(456.503)	(325.305)

21. Despesas comerciais

	2022	2021
Consultoria comercial	-	-
Publicidade	(1.523)	(1.416)
Serviços de terceiros - PJ	(2.799)	(5.622)
Despesas com viagens	(382)	(150)
Eventos	(949)	(694)
Despesas com pessoal	(17.541)	(14.489)
Outras despesas comerciais	(328)	(117)
	(23.522)	(22.488)

22. Despesas administrativas e gerais

	2022	2021
Despesas gerais	(15.590)	(2.610)
Despesas com pessoal	(5.130)	(4.143)
Despesas tributárias	(270)	(112)
	(20.990)	(6.865)

23. Resultado financeiro

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre descontos concedidos	(149)	(232)
Tarifas bancárias	(325)	(304)
Taxa adm. Cartão	(16)	(15)
Tarifas cambio	(2)	-
Variação cambial passiva	(7.387)	(3.971)
Juros bancários	(1.039)	(273)
IOF e IRRF	(716)	(269)
	(9.634)	(5.064)
Receitas financeiras		
Juros sobre descontos obtidos	315	242
Rendimento aplicação financeira	1.521	412
Variação cambial ativa	5.300	3.739
	7.136	4.393
Resultado financeiro líquido	(2.498)	(671)

24. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

- Aplicações financeiras: são definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI;
- Contas a receber: decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias);
- Empréstimos e fornecedores: são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

25. Cobertura de seguros (não auditado)

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. Em 31 de dezembro de 2022 a empresa mantinha seguros cuja cobertura era considerada adequada pela administração.

26. Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.